

POR QUE ENSINAR SOBRE RELIGIÃO NA SALA DE AULA? UMA ABORDAGEM PRAGMATISTA FACE AO ENSINO RELIGIOSO.

Eulálio Figueira*

Introdução

A fala apresentada nesta mesa redonda pretende levantar a discussão sobre o que pode constituir um objeto capaz de justificar uma área de conhecimento, a saber, a ciência da religião, conferir rigor de ciência a seu discurso, e paralelamente justificar a urgência de disciplina inserida nos currículos escolares: O Ensino Religioso. Colocar esta questão em debate implica em chamar ao debate dos caminhos que devem ser construídos para falar-se com propriedade duma cientificidade do fato religioso.

Desde as últimas décadas do século XX o lugar da religião no espaço escolar tem tido ampla reflexão. Em virtude da erosão de muitos dos referenciais da cultura ocidental, em especial os religiosos. Alguns pensadores, em específico Rêgis Debrayⁱ na França, alertaram para a crescente incultura religiosa que vai ganhando cada vez mais volume em nossas sociedades. As coisas acontecem porém poucos são aqueles que sabem dizer porque temos tal feriado, ou porque determinado individuo é o padroeiro de determinado evento. Isto para não falarmos de temas como porque as Igrejas têm a configuração que têm, e que há pessoas que não comem carne em determinados dias do ano, ou que os muçulmanos não matam seus animais com a cabeça virada para Meca. Ou simplesmente assistimos a respostas de nossos alunos que acham que o Natal é o dia em que os supermercados se empilham de panetone e a Páscoa é o dia em que se comem os ovos de chocolate botados por coelhos e carnaval é o dia dos desfiles de escolas de samba na Globo.

Como resposta a esta falta de cultura sobre o mundo das religiões, aliada ainda a uma nova necessidade cívica de equacionar o novo mundo do terrorismo e dos fundamentalismos religiosos, a *religião na sala de aula* revela-se cada vez mais como uma realidade que necessita de um amplo debate que responda e corresponda a alguns dos desafios mais prementes do nosso mundo.

* Doutor em Ciências da Religião pela PUC – SP, coordenador de Especialização em Ciências da Religião – PUC-SP/ COGEAE. Professor do departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP

Ensinar ou formar?: Um tema forte e delicado

"Não se trata de duvidar da miséria humana - do domínio que as coisas e os maus exercem sobre o homem (...). Mas ser homem é saber que é assim. A liberdade consiste em saber que a liberdade está em perigo. Mas saber ou ter consciência é ter tempo para evitar e prevenir o momento da inumanidade."

Emmanuel Levinas - Totalidade e Infinitoⁱⁱ

Tratar da temática do que deve ser ensinado dentro de uma sala de aula, sabendo que não se trata de um ato gratuito e muito menos sem repercussões, constitui-se tarefa bastante árdua, pois se está definindo rumos que a humanidade irá tomar. Cada conteúdo e cada metodologia levada para dentro de uma sala de aula não tem o mesmo impacto que uma conversa de bar. Quem não já ouviu, ou até disse: minha professora, meu professor disse tal coisa? Na escola aprendi ou li tal coisa? Isto ou isso eu aprendi na escola? Em nossa cultura a sala de aula cada vez mais se apresenta como o espaço que, consideravelmente, passamos o maior período de nossas vidas, recebemos boa parte das informações e orientações que fazem nossas escolhas e monitoram nossas decisões – presentes e futuras. Mesmo que se tenham todas as justificativas sobre a necessidade de que semelhante tarefa se põe como constitutiva e constituinte de nossa era e de nossa sociedade, ainda assim a temática do debate acerca do que ensinar e para que se ensinar constitui-se um desafio impar para os educadores. Não podemos esquecer que o debate sobre o educar e sobre o ensinar passa pelo debate sobre a existência humana e passa pela discussão de, como diz Levinas, da inumanidade.

Vimos assistindo com uma frequência cada vez maior e mais barulhenta aos descasos e até menosprezos das práticas e conhecimentos com que grupos humanos e sociedades têm, por vezes, produzido e elaborado suas razões para se dizerem seres vivos e seres vivos humanos, passando como rolo compressor por cima das práticas e dos conhecimentos daqueles que não possuam algum instrumento de força de comunicação ou de poder político econômico. Não queremos cair em falsos moralismos, mas também não pretendemos adubar o relativismo e muito menos o permissivismo dando asas ao falso argumento de que tudo deve ser olhado em função das liberdades dos povos e de suas culturas. Também não podemos aceitar que em nome da defesa do desenvolvimentismo e

do progresso se infiltre nos espíritos das culturas mudanças e transformações que em nada contribuem para a valorização e garantias de seus domínios. Tem sido rotineiro, pelo mundo afora a desvalorização e desconsideração dos argumentos apresentados por grupos humanos e de suas respostas diante da produção da vida, tipificando estas como representantes de tempos passados ou como coisa de não humano. Ainda há quem ache que índio pode ser queimado nas ruas de nossas cidades porque não é reconhecido como gente, ou então diante da pressão de alguns grupos transfere-se a não humanidade ou inumanidade para outra figura bastante comum em nossas cidades: o morador de rua ou o mendigo, tomando estes em definitivo como não gente, porque não são reconhecidos em seus espaços, seus territórios e suas expressões como gente, e assim devem sobre o auspício da limpeza, serem eliminados dos espaços que ocupam, pois além de ocuparem um espaço, sua ocupação é desordenada, feia e fétida.

Alguns ainda ensaiam algumas reações a este tipo de comportamento de expulsão e de extermínio moderno, no entanto são muitas vezes engolidos pela força dos argumentos da DIGNIDADE humana, pela força dos argumentos fundados no cinismo moral e social. Assim aqueles que ainda seriam capazes de reconhecer que nos grupos e sociedades diferentes – porque não têm conta bancária, não usam celular, ou não assistem o BIG BRODER – há sem dúvida valores e razões para viverem como vivem, rapidamente é tratado de se descaracterizar a possível força do argumento diante do “valeroso” em prol do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, procurando até aproximar aquele modelo de uma certa primitividade ou, numa conotação mais branda, de uma certa exóticidade – para fugirmos do peso que o termo primitivo possa carregar – e assim, slogans do tipo Solidariedade, Compaixão, Cidadania ficam circunscritos ao sinônimo da idéia: sou solidário com aqueles que não entopem meu caminho, sou cidadão com aqueles que vivem na minha cidade. Mas o que faz uma cidade? O que constitui a Dignidade humana?

Penso que a grande dificuldade para enfrentarmos tais questões deve-se ao fato de tradicionalmente ter-se fundamentado a idéia de uma dignidade humana como resultado de uma essencialidade humana, o ter-se acreditado que existe ou existirá uma natureza além da história capaz de apresentar uma idealidade do homem, algo como uma supra humanidade, capaz de levar os homens e mulheres de cada época, vivência e experiência a comportamentos exímios que se perpetuem. Seria a humanidade capaz de produzir ações e

premissas possíveis de indentificar o que se deve tomar como justo ou injusto, isto é, seguindo o pensamento de R. Rorty,

A maneira filosófica tradicional de explicar aquilo que entendemos por solidariedade humana é dizer que há algo dentro de cada um de nós – a nossa humanidade essencial – que ressoa como a presença dessa mesma coisa em outros seres humanos.ⁱⁱⁱ

Sair destas armadilhas será possível tanto quanto percebermos a dimensão de nossa contingência de forma a reconhecermos que nos devemos opor a idéias tais como a idéia de essencialidade humana, como diz Rorty, um “eu central” , uma “natureza” e um “fundamento” . Só este reconhecimento nos permite afastarmo-nos das afirmações de que há algumas ações e atitudes que são naturalmente “desumanas”. Pois, tal como Rorty, entendo que:

Esta insistência (na contingência) implica que aquilo que conta como sendo um ser humano decente seja relativo às circunstâncias históricas, seja questão de um consenso passageiro quanto a saber que atitudes são normais e que práticas são justas ou injustas^{iv}

È Importante percebermos os momentos nos quais as sociedades em seus processos históricos passam por crises, reconhecer quando a história entra em convulsão e, como resultado de tudo isto as instituições, organismos criados por homens e para os homens, entram em ruptura conjuntamente com padrões de comportamentos tradicionalmente tomados como desejáveis. Estes momentos históricos devem ser vistos em sua contingencialidade e não atribuídos a uma essencialidade, a um fundamento criado na teoria das idéias inatas, segundo as quais as pessoas nascem com idéias matemáticas, verdades eternas e noção de Deus, capazes de nos fazerem chegar às verdades manifestas. Que homens e mulheres fazem o que fazem, assumem como justo ou injustos seus comportamentos ou os comportamentos alheios porque, tal como Kant o havia proposto, seguem uma ordem Moral já impressa em sua essencialidade, isto é instalada em um sistema de moralidade que se funda na perspectiva segundo a qual a idéia de uma componente humana central e universal se resume na Razão, que, por sua vez se apresenta então como uma faculdade que seria a fonte das nossas obrigações morais. Contudo, como diz Rorty, não se nega que não se deva procurar uma saída diante destes momentos de convulsão e de ruptura pois

Queremos algo que se encontre para lá da história e das instituições . E que poderá haver, a não ser a solidariedade humana, o nosso conhecimento da humanidade de outrem que nos é

comum?^v

Pois a saída então não é buscar construir referências em fundamentos que não podem responder a nossos efetivos problemas, mas também não podemos ficar na impossibilidade do agir, presos a desculpas céticas, se não devemos confiar no que esteja para lá da história e das instituições – como nos ensina Rorty –, devemos produzir utopias, mas utopias que nos possibilitem reconhecer nossas humanidades:

Uma crença pode continuar a reger a ação, pode-se continuar a considerar que vale a pena morrer por ela, mesmo entre pessoas que estão plenamente conscientes de que essa crença não é causada por nada de mais profundo do que as circunstâncias históricas contingências.^{vi}

Não entendemos que a justificativa de uma disciplina do Ensino religioso se faça em meio a argumentos do tipo: porque nos ensinará a sermos mais responsáveis, mais cidadãos ou mais respeitadores das ordens morais. Entendemos que uma disciplina como o Ensino Religioso nos poderá construir sujeitos históricos melhor sabedores de seus recursos. Mais conhecedores de suas possibilidades e capazes de entender mais os fatos a seu redor. O Ensino Religioso nos ajudará a construir o que Rorty aponta como a Utopia liberal. Isto é a Solidariedade Humana. Esta solidariedade que Rorty propõe não é pensada como sendo

reconhecimento de um Eu Central, da essência humana em todos os seres humanos. É antes pensada como sendo a capacidade de ver cada vez mais diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes, etc.) como não importantes, em comparação com semelhanças no que respeita à dor e à humilhação – a capacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídas na esfera do nós.^{vii}

Voltando ao foco de nosso problema: o que devemos ensinar dentro de uma sala de aula? e o que ensinamos em que se constitui importante para que alguém se torne o suficientemente capaz para viver na sociedade, ou nas sociedades de nosso tempo? Nossa pergunta inicial nos remete para uma segunda discussão não menos desafiante e delicada da que acabamos de colocar, a saber: é possível formar alguém; e o que significa formar alguém? Claro que este teor da discussão nos leva para a discussão positivista sobre a natureza humana, que já foi falada tanto por Hobbs, Lock, Rousseau como por tantos outros seus discípulos. Não digo que não deva ser objeto de retomada de discussão, mas, pelo que nós pretendemos tratar neste ensaio, esta discussão nos levaria a um outro caminho que, como disse, neste espaço nos levaria a outros debates. Mas acho que é necessário retomar o debate, desde que se avance às lacunas deixadas pelo reducionismo tanto criacionista, como darwinista.

“Eu Estou Aqui Homens de Pouca Fé” !!!

Tem a Religião algo a dizer-nos? Em que ela nos pode convencer de modo a permitirmos que ela nos sussurre algumas palavras de: *Eu estou aqui.*

Proponho que, de forma direta e sem mais rodeios, apresente-se a religião, isto é a “distinta senhora” alvo de nossa contenda neste ensaio. Afinal porquê e para quê trazer a religião para dentro da sala de aula? Faço, desde já, uma confissão de argumento: nossa proposta não é um argumento metodológico, e sim uma proposta pragmática. Trata-se de assumir o debate sobre o foco da pertinência do estudo sobre o objeto – na medida em que ele reclama um estudo – e não de como o estudo será feito, isto é que conhecimento se faz necessário de modo que a religião seja observada, perscrutada e analisada de dentro dela, sem que se caia nas garras do reducionismo ou, no que não seria menos danoso, nas garras do fundacionismo. A justificativa para o estudo da religião na sala de aula deve ser construída no princípio do que alguém pode atingir com tais estudos. Talvez proponho uma pergunta para orientar nosso argumento: porque um pai pediria que na escola na qual matriculou seu filho, seu filho venha a ter aula de religião? e se o mesmo argumento se daria como justificativa para explicar porque o ensino da religião não pode ficar de fora do currículo da escola?

Proponho então que seja formulada a seguinte pergunta a todos os pais que buscam uma escola que tenha em suas norma curriculares o ensino da religião: porque o senhor pede o ensino da religião para seu filho? O senhor está pondo o seu filho na escola que oferece o estudo da religião por que essa escola se apresenta diferente em quê, daquela que não oferece tal estudo?

Tratar da religião na sala de aula significa enfrentar as grandes questões que afetam a forma como homens e mulheres, nesta nossa sociedade, constroem suas razões efetivas para viver como vivem e porque vivem. Discutir religião já nas séries iniciais da educação formal, significa assumir a necessidade de perceber que a vida não está posta somente na necessidade de construir modos de coesão social, muito menos de se reduzir à luta pela sobrevivência, pois viver e morrer não se fixa na discussão sobre quando um corpo para de funcionar. Diante da necessidade da coesão social, como diz R. Rorty, a ciência natural e o senso comum da modernidade o fazem com competência, mas se pensamos que viver é

algo mais, algo que se coloca mais além – e este além não se trata de um mundo metafísico, mas trata-se de construir proposta de solidariedade – então um conhecimento religioso pode mostrar-se não apenas necessário mas vantajoso. (neste conjunto de idéias significa tratar de colocar a religião fora de uma referência a um mundo metafísico, falar da religião fora da metafísica apresentar a religião no registro da interpretação, da hermenêutica e do pragmatismo, como possibilidade de se produzir sobre o mundo uma interpretação e não uma inteligibilidade).

O debate da religião e os estudos dela e sobre ela, na sala de aula, nos levará a mapear os caminhos que constroem a inumanidade – como dizia Lavinas –, ou no dizer de Rorty os que nos fazem mais cruéis. Assim, religião não é para que nos tornemos mais dignos, mas menos inumanos ou menos cruéis, pois por ela perceberemos nossas contingências o que nos afastará de considerar que algumas afirmações serão mais humanas do que outras. O estudo da religião deve abrir para a discussão sobre as práticas de que: discriminação étnica e religiosa é tratar de identidade, autonomia, alteridade, valores, tradições, símbolos, indivíduos, coletividades, singularidades, pluralidades. É tratar também de fronteiras, relações intra e inter-grupos, inclusões, exclusões.

O Ensino de religião não deve estar para formar cidadãos nem mais conscientes nem tão pouco mais responsáveis. Tratar da religião na sala de aula significa enfrentar as grandes questões que afetam a forma como homens e mulheres nesta nossa sociedade constroem suas razões efetivas para viver como vivem e porque vivem. Discutir religião já nas séries iniciais da educação formal, significa assumir a necessidade de perceber que a vida não está posta somente na necessidade de construir modos de coesão social.

A religião na esteira do discurso científico.

Para se pensar uma epistemologia da ciência da religião, é necessário colocar os estudos no terreno do conhecimento, o que significa levantar a pergunta: o que faz com que algo de verificável possa ser dito sobre o religioso? Reconhecemos que hoje, a discussão deve ser levada definitivamente e com coragem para uma nova fronteira, a fronteira do epistêmico. Trazer a religião para o “palco” do conhecimento e apontar que epistemologia se torna constitutiva e capaz de conferir à ciência da religião identidade de ciência, implica

colocar a interrogação: que conhecimento se constitui capaz de dar pertinência epistemológica a esta disciplina? O que, por sua vez, coloca em discussão também a questão sobre o que se pode conhecer. Neste percurso, faz-se necessário ainda perguntar que epistemologia poderá servir à ciência da religião, de modo a proporcionar-lhe a possibilidade de um trabalho científico no âmbito do existir humano, produzindo respostas que outras abordagens não o fizeram.

Constatamos que os estudos sobre o fato religioso têm recebido atenção por parte de várias disciplinas que se ocupam das “inquietações” e expressões humanas. A presença da religião nestas disciplinas, no espaço da academia e nos círculos constituídos por pensadores que, há algumas décadas, vem colocando o debate acerca da dimensão religiosa e reclamando o direito de reconhecimento desta ao lugar de ciência, não se questiona mais. Dito de outro modo, a religião e seus estudos têm seu lugar na academia e nos círculos de estudo de pesquisadores e estudiosos, não necessitando mais, como em outros tempos, de justificativa ou pedido de licença para sua presença nestes círculos. Já perdeu relevância a simples e “surrada” argumentação de que a religião é um objeto neutro, e que já existem muitas abordagens que se debruçam sobre ela, não havendo necessidade de mais uma disciplina. Também já se esgotou o argumento de que a religião trata de uma ordem de coisas que estão no estrato intimista do ser humano e que, por essa razão, não poderá haver uma disciplina de caráter científico que dela possa se ocupar.

È necessário assumir-se os estudos do fato religioso – a qual propomos como Ciência da Religião – uma disciplina acadêmica que se distingue da teologia e da catequese, não sendo, por tal razão, corretamente empreendido para promover ou impulsionar qualquer tipo específico de crença religiosa. Deverá este estudo oferecer-nos visão menos restrita e menos provinciana da religião, em específico do que aquela religião na qual fomos educados – e aqui entendemos não apenas os religiosos assim entendidos, mas também aqueles que foram educados como humanistas, ou ateus.

Um estudo além dos teístas e dos ateísta

Parece-me deveras interessante apresentar o debate acerca da manutenção ou da introdução^{viii} de uma disciplina de estudos que leva na sua designação Ensino de Religião, Ensino Religioso, Cultura Religiosa ou qualquer outro título de nomenclatura que alude a

abordar, desde uma compreensão interpretativa científica, a natureza e manifestação do fenômeno religioso, dizia eu, partir-se da linha de pensamento que Santiago Zabala desenvolve e expõe em sua Introdução ao debate realizado entre R. Rorty e G. Vattimo acerca da possibilidade do Futuro da Religião.

Por nos parecer ser este um trabalho de grande importância, passamos à análise deste material produzido no diálogo entre Rorty e Vattimo, mediado por Santiago Zabala^{ix}.

Zabala indica, já nas palavras de John Dewey, um dos pais do neopragmatismo, a linha de condução de sua proposição para se abordar a natureza dos estudos sobre a religião:

Quero desejar acima de tudo que o futuro da religião esteja ligado à possibilidade de desenvolver uma fé nas possibilidades de experiência humana e na capacidade humana de estabelecer relações, o que há de criar um sentido vital da solidariedade dos interesses humanos e de inspirar ações capazes de transformar este sentido em realidade^x

Significa partir do princípio de que a religião como objeto de estudo se compreende como manifestação humana, visto que expressa um modelo de experiência humana na medida em que ela faz parte da capacidade humana de construir relações, relações essas que garantem a quem a vive poder afirmar que a vida faz sentido. Podemos então responder ou, se assim não nos for possível, pelo menos afirmar que se faz compreensível que alguém diga ter uma religião e que por ela orienta sua vida. É nela – religião – que ele (o crente) expressa suas mais profundas convicções que vale a pena viver e que este viver tem um sentido. Religião não se fixa apenas em uma ilusão – assumindo a idéia de ilusão no seu sentido mais originário como Nietzsche a cunhou – (seguir o pensamento de O Futuro de Uma Ilusão), mas ela ganha na vida e nas relações que o fiel seguidor e praticante produz sentido e praticidade, apresentando-se então como uma fonte não apenas de projeção, mas também de justificação do seu cotidiano e de suas ações.

Cabe ressaltar que em Dewey realidade não é assumida como a velha (clássica terminologia grega) oposição a aparência, mas por realidade se entenda as práticas concretas dos indivíduos e que devem ser percebidas como mutáveis e até distintas entre os vários indivíduos.

Nesta perspectiva Rorty e Vattimo podem ser vistos como os esteios do novo iluminismo capaz de fugir às garras do objetivismo das ciências humanas bem como ao

conceito de cultura pelo qual os seres humanos já estariam como que predispostos a realizarem o que realizam por determinação de uma ordem universal que lhe fosse superior e ulterior, sem que para isso ocorresse qualquer interesse ou funcionalidade. Se há nos seres humanos algum interesse em se adequar uns aos outros isso se faz simplesmente pelo interesse em que tal aconteça e não porque haja uma determinação de algo que seja ulterior a esta praticidade.

É neste “caldo” de idéias que Zabala introduz aquilo que entendemos venha a ser o mote do debate da religião em nosso tempo e em nossas sociedades cosmopolitas. Sem dúvida o grande tema que nutre toda a conversa em religião nos círculos de nossas sociedades é o problema acerca da existência de Deus, do Sagrado, Divino, seja qual for o título que se lhe dê, e de como esta assume presença nas relações humanas. Significa assumir que a existência de Deus tem um peso na história da humanidade, pelo menos na história da humanidade que compõe nossa gênese cultural ocidental, o próprio gesto desconstrutivista da filosofia – veja-se o esforço da crítica religiosa, mesmo a mais radical como a nietzschiana – não foi capaz de abolir o debate sobre Deus, então o melhor a se fazer é considerar esta existência com sua influência histórica, no entanto esta presença deve ser observada dentro da devida postura Ironista^{xi}.

Entendo e quero propor que uma disciplina curricular introduzida na regularidade das salas de aula de nossas escolas deve ter como objetivo produzir um leque mais alargado de testemunhos, ou como diz Rorty, maior número de audiências, do que poderíamos ter de outra forma e algum entendimento sobre a evolução e as questões históricas, boas ou más, das várias formas de crença religiosas existentes no mundo. Deverá tomar como objeto de seu trabalho a experiência religiosa produzida pelos homens e mulheres no intuito de interpretar o mundo. Deste modo entendo que o estudo resultado dos esforços do Ensino Religioso pode ajudar, de modo relevante, não só compreender, mas identificar o pensamento religioso da geração contemporânea, ou dito de outro modo: nos ajudar a perceber como homens e mulheres em seus lugares hodiernos produzem razões para fazerem o que fazem e como fazem e este fazer produzirá ações de solidariedade capazes de nos afastar da crueldade.

Referências Bibliográfica

LING, Trevor. História das Religiões, Lisboa, Editorial Presença, 2ª edição 2005.

RORTY, Richard. *Contingência, Ironia e Solidariedade*. Lisboa, Editorial presença, 1992.

VATTIMO, Gianni e Richard Rorty. *O Futuro da Religião*, solidariedade, caridade e ironia. Rio de Janeiro, Relue Dumará, 2006.

PINKER, Steven. *Tabula Rasa*, a negação contemporânea da natureza humana. São Paulo Companhia das letras, 2004.

JAMES, William. *As Variedades da Experiência Religiosa*, um estudo sobre a natureza humana. São Paulo, Cultrix, edição 10, 1995.

DERRIDA, Jacques e Gianni Vattimo (Orgs). *A Religião*. São Paulo, Estação Liberdade, 2000.

GRESCHAT, Hans-Jurgen. *O que é Ciência da Religião?* São Paulo, Paulinas, 2006.

Notas

ⁱ A 14 de Novembro de 2001, Régis Debray entregava ao Ministro da Educação francês, Jack Lang, relatório que subsidiaria na implementação de uma série de medidas em torno do ensino das religiões nas escolas públicas de França.

ⁱⁱ Tradução de José P. Ribeiro. Lisboa, Ed. 70, 1988

ⁱⁱⁱ RORTY, R. Contingência Ironia e Solidariedade, Lisboa Presença, pg. 235

^{iv} RORTY, R. Contingência Ironia e Solidariedade, Lisboa, Presença, pg. 235

^v Idem, pg. 236

^{vi} Idem, pg. 236

^{vii} Idem. Pg. 239

^{viii} Faço esta chamada para referir-me tanto aqueles casos onde a religião já é parte constituinte dos currículos das escolas bem como aqueles onde tal fato é somente uma desejo ou um projeto.

^{ix} Diálogo travado entre Richard Rorty e Gianni Vattimo, a convite de Santiago Zabala, que resultou na Publicação do título: *O Futuro da Religião*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006

^x In *O Futuro da Religião* pg. 19

^{xi} Ironia aqui assumida na noção empregada pelo velho mestre dos mestre Socrates